

Profissionais da segurança pública lutam por reconhecimento e cidadania

Estima-se que entre 1997 e 2017 aconteceram 715 greves de policiais civis e militares no Brasil. Ainda falta debate democrático sobre as condições de trabalho e a qualidade de vida dos nossos policiais.

Leonardo Damasceno de Sá
15 de outubro de 2019

TÂNIA RÉGO/AGÊNCIA BRASIL



PMs: abusos de poder, adoecimentos e suicídios afetam a vida policial militar negativamente

Nas últimas duas décadas, as práticas de associativismo dos profissionais de segurança pública se tornaram mais consistentes, públicas e atuantes nas arenas políticas brasileiras, incluindo presença nos parlamentos. A agenda de reivindicações montada por eles e elas tornou possível que se observasse quais elementos e componentes são relevantes e valorizados pelos discursos públicos desses agentes, que antes eram silenciados por códigos rigorosos e perseguições informais, como muitos nos relataram em entrevistas sob sigilo. Eles não podiam sequer conversar entre si sobre suas condições existenciais individuais e coletivas, como categorias profissionais de um modo aberto, transparente e oficial. O próprio tema controverso, para padrões brasileiros, do sindicalismo de entidades que representam policiais civis e militares, por exemplo, passou a ser objeto de acaloradas discussões e divergências ao tocar no calcanhar de Aquiles das heranças do autoritarismo brasileiro.

Os policiais militares, por exemplo, começaram a falar do “militarismo”, dos abusos de poder ligado a ele, dos adoecimentos, dos suicídios de policiais, do modo como a vida policial militar afeta negativamente o pertencimento e a experiência familiar dos indivíduos nela implicados. Suas falas sobre suas condições de trabalho e de existência sociocultural em geral relatavam as muitas exclusões relacionais a que estavam submetidos. Policiais militares bradaram a quatro ventos que não poderiam defender, proteger e promover uma segurança cidadã e democrática, se não eram cidadãos nem estavam trabalhando em organizações democráticas, mas marcadas por práticas autoritárias. Policiais militares gostariam de ser aceitos como cidadãos, de terem direitos garantidos e, principalmente, serem reconhecidos.

A partir da escuta socioanalítica de trabalhadores da segurança pública, por meio de entrevistas em profundidade e grupos focais, que anima um trabalho de campo desde 1997, quando acompanhamos a eclosão nacional de movimentos paredistas de policiais militares que chegou ao Ceará, em um efeito dominó, partindo dos eventos em Minas Gerais, com desenlaces trágicos, passando também pela paralisação de dezembro de 2011 para janeiro de 2012, que levou ao estado de sítio no Ceará, buscamos ampliar a compreensão dos significados dessas paralisações que disseminam medo, controvérsias, mas também expõem as entranhas das relações de poder e dominação no campo das organizações da segurança pública.

Inclusive, em pesquisa em andamento, realizada sob a liderança de José Vicente Tavares dos Santos (ILEA-UFRGS), as greves de trabalhadores da segurança pública são percebidas como um dos temas estruturantes do campo da segurança no Brasil. As reivindicações e a busca por reconhecimento desses trabalhadores, no período de 1997 a 2017, permite entender melhor as dinâmicas de tais categorias sociais e suas relações com a sociedade brasileira. José Vicente e Ana Paula Rosa dos Santos (UFRGS) fizeram um levantamento preliminar a partir de dados disponibilizados pelo DIEESE, cujos resultados iniciais apontam para 715 greves registradas no período supracitado. Universo empírico que será objeto de um livro que discuta essa complexidade.

Os fatos recentes na Bahia, quando a grande mídia noticia que a própria percepção de risco da população sobre uma possível paralisação da PM levaria ao aumento de taxas de criminalidade violenta, nos indicam que o tema está mais vivo do que nunca e merece mais atenção de acadêmicos, autoridades públicas, gestores e sociedade civil organizada, incluindo os profissionais de segurança pública de todas as organizações federais, estaduais e municipais. Discussão, participação, debate e mais democracia são princípios que parecem sinalizar com mais atenção às condições de qualidade de vida desses trabalhadores cada vez mais ameaçados por medidas que parecem trazer riscos aos próprios no exercício de suas funções.

Leonardo Damasceno de Sá

Professor e pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência (LEV) e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC)

<https://backup.forumseguranca.org.br/multiplas-vozes/template-multiplas-vozes-t2mgr-g8va8-5tgii-fb74a>

